



COMISSÃO PERMANENTE DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL (CLJRF)

PARECER

Processo Legislativo: PROJETO DE LEI Nº 61/2025.

Iniciativa: Prefeito Mário Sergio Lubiana (PSB).

Relator: Vereador Deneval Rocha (PSD).

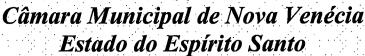
I – RELATÓRIO:

Trata-se do Projeto de Lei nº 61/2025, que dá nova redação aos incisos do art. 3º da Lei Municipal nº 3.185, de 12 de setembro de 2012, que dispõe sobre o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) de Nova Venécia-ES, de iniciativa do prefeito Mário Sérgio Lubiana.

O projeto supracitado foi apresentado ao Plenário no Expediente da Sessão Ordinária de 26 de agosto de 2025. Sendo encaminhado a esta comissão permanente de Legislação, Justiça e Redação Final, fui designado relator, nos termos do art. 70 do Regimento Interno.

Encontra-se acostado aos autos do presente processo legislativo o Parecer Jurídico nº106/2025, opinando pela constitucionalidade e legalidade da proposição, com sugestões ou restrições de apresentação de emendas ao texto (fls. 13 a 17).







De posse do processo legislativo, na condição de relator, passo a exarar o parecer pelos fundamentos abaixo.

II – DA INICIATIVA E DOS FUNDAMENTOS:

A Constituição Federal de 88 prevê em seu art. 61 quais são os agentes competentes para propor projetos de lei ordinárias e complementares, bem como os casos de matérias reservadas ao Chefe do Poder Executivo. Tal dispositivo constitucional é um princípio organizatório extensível e de observação dos demais entes federados.

Diante disso, o art. 44 da Lei Orgânica elencou quais são os agentes públicos que possuem competência para deflagrar o processo legislativo em âmbito municipal, estabelecendo, ainda, no § 1°, os casos de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Assim, matérias que tratam de criação de Secretarias e órgãos do Poder Executivo são de inciativa privativa do Prefeito Municipal, devendo o processo legislativo emanar do Chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 44, §1°, "d", da Lei Orgânica Municipal, sob pena de padecer de vício de inconstitucionalidade formal.

Em reprodução do princípio organizatório do texto do art. 61 da Constituição Federal, o art. 44, § 1°, inciso II, alínea "d", tem o seguinte:

Art. 44. A iniciativa das leis cabe a qualquer vereador ou comissão, ao prefeito e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica.

(...) § 1º São de iniciativa privativa do prefeito as leis que:

II - disponham sobre:

d) criação, estruturação e atribuições das secretarias municipais e órgãos do Poder Executivo.

Portanto, no presente caso, a iniciativa é constitucional e legal, não contendo qualquer vício formal que venha a prejudicar ou inviabilizar a sua tramitação, como sendo privativa do Prefeito Municipal, por se tratar de norma de alteração de órgão vinculado à Secretaria Municipal de Agricultura.

Por outro lado, a matéria observa o princípio da reserva legal, que há a indicação da espécie normativa específica para fins de criação de cargo no âmbito da administração municipal (somente por lei ordinária), nos termos do art. 44, II, "d", combinado com o art. 17 da Lei Orgânica do Município, em que há a manifestação do Poder Legislativo (através de seus órgãos) e posterior sanção ou veto do Chefe do Poder Executivo.





Na seara do processo legislativo, o princípio do paralelismo das formas, segundo o qual a modificação de uma norma deve ocorrer por meio de outra de mesma espécie normativa prevista no art. 42 da Lei Orgânica, está sendo respeitado, conforme se observa de uma lei ordinária que tem a proposição de alteração através de um projeto de lei ordinária.

Quanto à alteração do texto da Lei nº 3.182/2012, observa-se que o objeto pertine à composição do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), inclusive com acréscimos em sua composição.

Os conselhos são órgãos de desenvolvimento de políticas públicas, geralmente vinculado ao órgão ou unidade em que seja pertinente à área de atuação, com a finalidade de propiciar maior participação popular e a melhor eficiência e eficácia nos resultados de políticas públicas.

Os conselhos de política públicas municipais podem ser assim definidos:

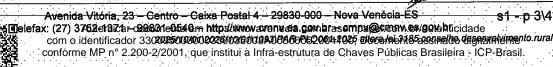
"Conselhos municipais são órgãos colegiados formados por representantes do poder público e da sociedade civil, criados por lei para discutir, fiscalizar e participar da elaboração e execução de políticas públicas municipais. Sua função principal é promover a participação cidadã e o controle social, fortalecendo a democracia ao aproximar o governo e a população nas decisões que afetam a cidade em diversas áreas como saúde, educação e assistência social."

Quanto à justificativa da proposição, o Chefe do Poder Executivo justifica o seguinte:

"Encaminho a esta Casa de Leis o incluso Projeto de Lei, que altera o art. 3º da Lei Municipal nº 3.185, de 12 de setembro de 2012, o qual trata da composição do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável — CMDRS.

A presente proposta tem por objetivo atualizar a composição do Conselho, adequando-a à realidade institucional atual e ampliando a representatividade da sociedade civil, de forma a fortalecer os princípios da participação democrática, da pluralidade de vozes e da efetiva colaboração entre o poder público e os agentes do campo.

Desde a promulgação da norma original, diversas mudanças ocorreram no cenário rural, com reestruturações administrativas, extinção de entidades, surgimento de novas cooperativas e o aumento da organização dos trabalhadores e produtores rurais locais. Assim, manter a composição anterior, hoje desatualizada, compromete a efetividade das deliberações do CMDRS e reduz sua legitimidade como espaço de articulação de políticas públicas rurais.







A nova redação proposta contempla representantes de diversas secretarias municipais relacionadas às políticas públicas do campo, bem como entidades relevantes da sociedade civil organizada, sindicatos e cooperativas com atuação reconhecida no meio rural, promovendo um equilíbrio necessário entre a gestão pública e os interesses da coletividade.

Ressalta-se que o fortalecimento institucional do CMDRS contribui diretamente para a eficiência das ações voltadas ao desenvolvimento rural sustentável, em consonância com diretrizes estaduais e federais sobre agricultura familiar, segurança alimentar, economia solidária e uso sustentável dos recursos naturais.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres vereadores para a aprovação do presente Projeto de Lei, certos de que a medida contribuirá significativamente para a modernização e democratização da política rural do Município de Nova Venécia.

É a mensagem encaminhada para apreciação de Vossas Excelências."

III - VOTO DO RELATOR:

Diante de todo o exposto, com fulcro na legislação constitucional e na Lei Orgânica, bem como no Parecer Jurídico nº 106/2025, manifesto-me pela aprovação do Projeto de Lei nº 61/2025.

É o PARECER pela aprovação do Projeto de Lei nº 61/2025.

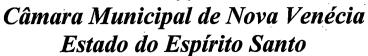
Câmara Municipal de Nova Venécia, Estado do Espírito Santo, em 1º de outubro de 2025; 71º de Emancipação Política; 18ª Legislatura.

DENEVAL ROCHA

Relator – membro da CLJRF Vereador pelo PSD









COMISSÃO PERMANENTE DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL (CLJRF)

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 61/2025

PROJETO:	PROJETO DE LEI Nº 61/2025: que dá nova redação aos incisos do art. 3º da Lei Municipal nº 3.185, de 12 de setembro de 2012, que dispõe sobre o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) de Nova Venécia-ES.
INICIATIVA:	Prefeito Mario Sergio Lubiana (PSB).
RELATOR:	Vereador Deneval Rocha, pelo PSD.

A Comissão Permanente de Legislação, Justiça e Redação Final (CLJRF) manifesta-se pela aprovação do Parecer do Relator da matéria, Vereador Deneval Rocha (PSD), às folhas 19 a 22, por maioria de seus membros.

Aprovado o parecer da relatora na Reunião Ordinária de 8 de outubro de 2025, o que, de acordo com o art. 73, caput, do Regimento Interno, prevalece como o parecer desta Comissão Permanente.







É o PARECER DA COMISSÃO Permanente de Legislação, Justiça e Redação Final (CLJRF) pela APROVAÇÃO do PROJETO DE LEI Nº 61/2025.

Câmara Municipal de Nova Venécia, Estado do Espírito Santo, em 8 de outubro de 2025; 71° de Emancipação Política; 18ª Legislatura.

LUCIANO MÁRCIO NUNES Presidente da CLIRF Vereador pelo PP

JUAREZ OLIOSI
Vice-presidente da CLJRF
Vereador pelo PODE